www.revistaft.com.br

Revista FT | ISSN 1678-0817 | v. 30, n. 164, 2026 | DOI: 10.69849/2eedq665

A revalorização da cultura e história africana no Brasil do pós-abolição: uma análise historiográfica das matrizes bantas e da resistência epistêmica na República das Espadas (1889-1894)

The revaluation of african culture and history in post-abolition Brazil: a historiographical analysis of bantu matrixes and epistemic resistance in the Sword Republic (1889-1894)

Pedro Bessa Puccini Novaes Togeiro

Iago Aguiar (Orientador)

Resumo

O presente artigo analisa as manifestações, permanências e a revalorização da cultura africana no contexto inicial da Primeira República brasileira, com recorte delimitado para a República das Espadas (1889-1894). Busca-se contrastar a tentativa de apagamento epistêmico, marginalização e controle social promovida pelo Estado republicano nascente pautado pelo positivismo e pelo darwinismo social com a profundidade histórica, científica e política das civilizações africanas trazidas ao Brasil. A partir de um resgate historiográfico rigoroso, o trabalho aborda a etimologia da categoria África, o estatuto metodológico da tradição oral e a desconstrução da ”Idade das Trevas”por meio do pioneirismo acadêmico e astronômico de centros como Alexandria e Al-Qarawiyyin. Examina-se o papel estruturante dos grandes rios (Nilo, Níger, Zambeze e Congo), a opulência do Império do Mali e as particularidades da matriz linguístico-cultural Banto a partir do Reino do Congo. Por fim, analisam-se as dinâmicas geopolíticas do comércio atlântico e a resistência etíope perante o colonialismo, conectando esse repertório milenar às estratégias de preservação identitária da população afro-brasileira no pós-abolição.

Palavras-chave: República das Espadas. Historiografia Africana. Pós-Abolição. Tronco Banto. Tradição Oral. Resistência Epistêmica.

Abstract

This article analyzes the manifestations, continuities, and revaluation of African culture within the initial context of the Brazilian First Republic, focusing on the Sword Republic (1889-1894). It contrasts the attempt at epistemic erasure, marginalization, and social control promoted by the nascent republican state – guided by positivism and social Darwinism – with the historical, scientific, and political depth of the African civilizations brought to Brazil. Through a rigorous historiographical reassessment, the paper addresses the etymology of the category Africa, the methodological status of oral tradition, and the deconstruction of the ”Dark Ages”through the academic and astronomical pioneering of centers like Alexandria and Al-Qarawiyyin. It examines the structural role of major rivers (Nile, Niger, Zambezi, and Congo), the wealth of the Mali Empire, and the specificities of the Bantu linguistic-cultural lineage from the Kingdom of Kongo. Finally, it analyzes the geopolitical dynamics of the Atlantic slave trade and Ethiopian resistance to colonialism, linking this ancient repertoire to the identity preservation strategies of the Afro-Brazilian population in the immediate post-abolition era.

Keywords: Sword Republic. African Historiography. Post-Abolition. Bantu Lineage. Oral Tradition. Epistemic Resistance.

1 INTRODUÇÃO

A proclamação da República no Brasil, em 15 de novembro de 1889, inaugurou uma fase de reorganização institucional e tutela militar conhecida como República das Espadas (1889-1894), sob as gestões dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. O estabelecimento do novo regime político ocorreu em estreita concomitância com o período pós-abolição imediato (iniciado com a promulgação da Lei Áurea em 1888). Nesse contexto, as elites intelectuais e dirigentes brasileiras empenharam-se na formulação de um projeto de modernização nacional fundamentado nos ideais positivistas de ”ordem e progresso” e em doutrinas racialistas europeias, como o darwinismo social e as teorias de branqueamento (SCHWARCZ, 1993).

Como analisa a historiografia sobre o período:

> O final do século XIX no Brasil é marcado pelo impacto de teorias racialistas europeias que tentavam conciliar o desejo de modernização do país com o pessimismo em relação ao seu perfil étnico. O darwinismo social e as doutrinas de branqueamento transformaram-se em instrumentos ideológicos

> fundamentais para as elites intelectuais na definição das políticas públicas e no controle social da população negra no pós-abolição. (SCHWARCZ, 1993, p. 18).

Como desdobramento desse projeto eurocêntrico, o Estado republicano implementou aparatos formais de coerção e criminalização voltados à população negra recém-liberta, expressos categoricamente no Código Penal de 1890, que tipificava como crime a capoeiragem, a vagabundagem e as práticas de cura e religiosidade de matriz africana. Operou-se uma tentativa deliberada de apagamento da complexidade histórica dos povos africanos, reduzindo sua contribuição histórica a uma visão pejorativa, homogênea e desprovida de agência civilizacional.

2 OBJETIVOS E METODOLOGIA

Para solucionar a problemática formulada acerca do apagamento e da revalorização da matriz africana no pós-abolição, esta seção explicita os objetivos da pesquisa e a metodologia historiográfica aplicada.

2.1 Objetivos do Trabalho

Objetivo Geral: Promover um resgate historiográfico crítico que contraponha as representações reducionistas e racialistas elaboradas pelo Estado republicano durante a República das Espadas (1889-1894) à profundidade histórica, científica, linguística e política das sociedades africanas transladadas ao Brasil.

Objetivos Específicos:

- Analisar o significado e a etimologia da categoria ”África”, desconstruindo termos exógenos e visões homogeneizantes;
- Discutir o estatuto metodológico da tradição oral e dos guardiões da memória na preservação dos saberes ancestrais;
- Evidenciar o pioneirismo acadêmico e tecnológico das instituições africanas antigas e medievais (como Alexandria e Al-Qarawiyyin) e a organização dos impérios fluviais e rotas transarianas;

- Investigar a especificidade linguístico-cultural da matriz Banta e as dinâmicas geopolíticas do comércio atlântico a partir do Reino do Congo;
- Conectar a resistência anti-imperialista etíope (Batalha de Adwa) e o patrimônio milenar africano às estratégias de preservação identitária e resistência epistêmica da população negra no Brasil pós-abolição.

2.2 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de caráter histórico-sociológico e hermenêutico, fundamentada na crítica historiográfica das fontes secundárias e na revisão sistemática de literatura sobre a África e a diáspora. O percurso analítico desenvolve-se em três etapas interligadas:

1. **Desconstrução Epistemológica Eurocêntrica:** Exame crítico do positivismo e do darwinismo social na historiografia do final do século XIX, confrontando os discursos oficiais de inferioridade racial com os estudos de Lilia Moritz Schwarcz (1993) e Jan Vansina (1982).
2. **Análise Histórico-Institucional e Linguística:** Resgate da tradição oral enquanto metodologia rigorosa de transmissão do conhecimento (HAMPÂTÉ BÂ, 2010), mapeando o florescimento cultural e educacional medieval e a formação do tronco Banto no Brasil (LOPES, 2004; SILVA, 2006).
3. **Articulação Geopolítica e Diaspórica:** Estudo da integração socioeconômica do Atlântico Sul (ALENCASTRO, 2000) e do impacto da resistência etíope (KIZERBO, 2002) na consolidação da resistência cultural afro-brasileira perante os mecanismos policiais e jurídicos da República das Espadas.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 Historiografia, Etimologia e a Tradição Oral como Método

A reconstrução científica da História da África exige a desconstrução primária dos enquadramentos epistemológicos eurocêntricos. A começar pelo exame etimológico da palavra África, cujas raízes remontam ao léxico greco-romano e semítico (associado por historiadores à tribo dos *Afri*, habitantes da região de Cartago, ou ao radical fenício *afar*, que denota ”pó”ou ”terra”), constata-se uma nomeação exógena. A cartografia ocidental utilizou

um termo regionalizado para homogeneizar um continente marcado por extrema diversidade étnica, linguística e territorial.

No tocante às metodologias de pesquisa, contrapõe-se o preconceito positivista tradicional que associava a inexistência de documentação escrita gráfica em determinadas sociedades à ausência de história ou memória estruturada. A tradição oral constitui uma metodologia sofisticada de preservação e transmissão de conhecimentos históricos, filosóficos, jurídicos e cosmológicos:

> A tradição oral é a grande escola da vida, e dela recupera e relaciona todos os aspectos. Ela pode parecer confusa àqueles que não lhe penetram o segredo, ou desconcertar os espíritos cartesianos habituados a separar tudo em categorias bem definidas. Na tradição oral, o espiritual e o material não estão dissociados. Passando do esotérico ao exotérico, a tradição oral guarda a memória dos acontecimentos passados e a transmite de geração em geração. (HAMPÂTÉ BÂ, 2010, p. 167).

Transmitida rigorosamente entre gerações por guardiões da memória (como os *griots* na África Ocidental), a oralidade não representa uma limitação, mas uma forma alternativa de historiografia que exige abordagens multidisciplinares (linguística, arqueologia e antropologia) para o estabelecimento de cronologias e a compreensão de dinâmicas sociais ancestrais (VANSINA, 1982).

3.2 O Pioneirismo Científico e as Instituições de Ensino na África Antiga e Medieval

A projeção do conceito eurocêntrico de ”Idade das Trevas”sobre o continente africano constitui um grave anacronismo historiográfico. Durante o período correspondente ao medievo europeu, a África apresentou florescimento científico, astronômico, urbanístico e educacional.

No Norte do continente, a Biblioteca de Alexandria (Egito) consolidou-se, ainda na Antiguidade, como a maior instituição de convergência do saber universal. Posteriormente, no período medieval (859 d.C.), na cidade de Fez (Marrocos), fundou-se a Universidade de Al-Qarawiyyin por Fátima al-Fihri. Reconhecida pelas instâncias acadêmicas e organismos internacionais como a mais antiga instituição de ensino superior em funcionamento contínuo do mundo, Al-Qarawiyyin atesta o protagonismo feminino na institucionalização dos saberes acadêmicos e teológicos.

Paralelamente, sociedades do Saara e do Sahel desenvolveram avançados conhecimentos astronômicos. A observação precisa das constelações permitia a orientação

cartográfica e a navegação terrestre através das vastidões do deserto. Ao contrário da visão estigmática que concebe o deserto como barreira isolacionista, o Saara funcionou como uma vasta rede de vias de contato, comércio e intercâmbio cultural entre os povos africanos e outras civilizações do Mediterrâneo e do Oriente Médio.

3.3 Hidrografia, Formações Imperiais e Economia: O Império do Mali

O desenvolvimento das grandes civilizações africanas articulou-se em direta dependência com os grandes sistemas fluviais do continente. As bacias dos rios Nilo, Níger, Zambeze e Congo proveram os recursos hídricos, agrícolas e as vias de circulação mercantil indispensáveis para a sustentação de estados centralizados e densamente povoados (SILVA, 2006).

No curso do Rio Níger, o Império do Mali viveu seu apogeu entre os séculos XIII e XIV. Detentor do monopólio sobre o extrativismo aurífero e o comércio de sal, o Mali exerceu papel determinante na economia política internacional da época.

> O ouro do Mali alimentava não apenas os mercados do Norte da África e as finanças do mundo islâmico, mas constituía a base indispensável para a cunhagem monetária das emergentes economias mercantis da Europa mediterrânea. Longe de ser uma região isolada, o interior do Sudão Ocidental articulava-se vigorosamente com os grandes circuitos do comércio mundial, impulsionado pela riqueza de seus recursos e pela complexidade de sua organização estatal. (SILVA, 2006, p. 184).

O ouro oriundo das jazidas do Mali não apenas irrigou as rotas transarianas e as finanças do mundo islâmico, como abasteceu diretamente as cunhagens monetárias das monarquias mercantilistas e feudais europeias, evidenciando a centralidade econômica da África antes do tráfico transatlântico.

3.4 A Matriz Linguístico-Cultural Banta e as Dinâmicas do Tráfico Atlântico

A tendência de categorizar indiscriminadamente todos os indivíduos transladados à América sob o rótulo genérico de ”africanos”encobre a diversidade de povos, idiomas e estruturas estatais. Para a formação sociohistórica brasileira, destaca-se a relevância do tronco linguístico e cultural Banto, originário da África Central (LOPES, 2004).

O Reino do Congo, cuja existência histórica estendeu-se do século XIV ao século XX, articulou sob sua jurisdição diversos povos de matriz banta. O primeiro contato formal com a

expansão Ultramarina portuguesa ocorreu em 1483, quando a expedição comandada por Diogo Cão atingiu a foz do Rio Congo. Esse evento marcou o início de uma relação diplomática inicial que, gradativamente, degenerou na mercantilização de seres humanos e na implantação do sistema do tráfico transatlântico de escravizados.

> A mercantilização do Atlântico Sul reconfigurou profundamente o espaço geopolítico entre a África Central e o Brasil. O tráfico de escravizados não se restringiu a uma simples transferência de mão de obra, mas constituiu a própria ossatura da formação econômica e social brasileira, conectando irreversivelmente a demografia, as tecnologias e a cultura dos povos de matriz banta ao território americano. (ALENCASTRO, 2000, p. 34).

A expansão do tráfico transatlântico envolveu arranjos geopolíticos globais, incluindo a participação da União Ibérica (1580-1640) e os investimentos mercantis da Companhia das Índias Ocidentais (WIC), capitaneada por investidores holandeses. Esse deslocamento forçado de milhões de pessoas reorganizou a demografia das Américas.

No Brasil, a matriz Banta legou contribuições estruturantes à linguagem popular, às tecnologias de mineração e agricultura, e às cosmovisões religiosas. Os complexos espirituais que incluem a veneração aos ancestrais e a forças da natureza sintetizadas em divindades como Iemanjá e as matrizes dos Inquices/Orixás foram constantemente ressignificados pela população negra como mecanismos de coesão comunitária e preservação identitária.

3.5 A Resistência Anti-Imperialista: O Símbolo da Etiópia

Enquanto o continente africano enfrentou, no final do século XIX, o processo de partilha e ocupação imperialista europeia consumado na Conferência de Berlim (1884-1885), a Etiópia emergiu como um caso singular de soberania e resistência militar.

Sob a liderança do imperador Menelik II, o estado etíope promoveu a modernização de seus recursos bélicos e a consolidação diplomática de seu território. Na Batalha de Adwa (1896), as forças etíopes impuseram uma derrota decisiva ao exército colonial italiano, assegurando a independência política da Etiópia. Conforme assinala Ki-Zerbo (2002), a vitoriosa resistência etíope tornou-se uma referência incontornável de altivez e soberania política para todo o mundo negro, transformando o país em um símbolo global de dignidade e resistência anti-colonial para a diáspora africana nas Américas.

3.6 A Cultura Africana e a Resistência Negra no Brasil da República das Espadas (1889-1894)

No Brasil da República das Espadas, a população afro-brasileira vivenciou a precarização das condições de vida no pós-abolição. O discurso oficial do Estado republicano tentava impor uma estética cívica europeizada, banindo das ruas das principais capitais – especialmente no Rio de Janeiro – os folguedos, os batuques, a capoeira e os terreiros de culto de matriz africana, rotulados como ameaças à ”ordem pública”e à ”hygiene social”.

Nesse ambiente hostil, a herança cultural africana, longe de se apagar, operou como uma sofisticada estratégia de resistência política e epistemológica:

> As comunidades de matriz banta e as formas de sociabilidade tecidas nos terreiros e irmandades funcionaram como verdadeiros núcleos de preservação identitária e apoio mútuo diante da repressão policial do Estado republicano. A manutenção da tradição oral, das línguas rituais e dos cultos ancestrais garantiu a continuidade histórica de uma cosmovisão que desafiou frontalmente as tentativas formais de branqueamento e controle social no pós-abolição. (LOPES, 2004, p. 92).

A manutenção da tradição oral nos terreiros e nas irmandades, a reorganização das práticas comunitárias bantas e a recriação simbólica das divindades atuaram como elementos de contraposição ao racismo científico da época. Ao reafirmar seus saberes ancestrais, a população negra do pós-abolição desafiou a lógica exclusionista da República das Espadas, reivindicando seu papel de sujeito histórico na construção da nação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exame articulado da História da África e da condição da população negra durante a República das Espadas (1889-1894) evidencia as contradições estruturais da fundação do regime republicano no Brasil. Ao tentar erguer um modelo de cidadania assentado na exclusão racial e na criminalização da herança africana, a elite republicana ignorou a profundidade das civilizações que constituíram a matriz formadora do povo brasileiro.

A desconstrução dos mitos eurocêntricos – como a suposta passividade africana, a ausência de métodos historiográficos ou o apagamento das contribuições científicas e institucionais do medievo africano – demonstra que os sujeitos escravizados e seus descendentes no Brasil não eram originários de territórios desprovidos de história. Pelo

contrário, eram herdeiros de tradições orais rigorosas, impérios prósperos, universidades pioneiras e tecnologias avançadas.

Durante o pós-abolição imediato, a preservação da linguagem, dos cultos a divindades como Iemanjá e das formas de sociabilidade de matriz Banta serviu como escudo epistêmico contra a violência institucional do Estado oligárquico-militar. A historiografia contemporânea tem o dever de resgatar esses aportes para que a História da África e a trajetória da população afro-brasileira sejam compreendidas não pela ótica da carência ou da subalternidade, mas sim pelo prisma do protagonismo, da riqueza cultural e da resistência política.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. A tradição oral. *In*: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História Geral da África, I**: Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010. p. 167-212.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra**. 3. ed. Lisboa: Publicações EuropaAmérica, 2002.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da descendência africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança**: a África antes dos portugueses. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

VANSINA, Jan. **A tradição oral**: memória e história. Lisboa: Instituto Piaget, 1982.